

# Gênero na Guerra: a Unidade de Defesa das Mulheres (YPJ) na Desconstrução das Narrativas de Gênero da Guerra

*Anna Tereza Paz Esteves Scartezini<sup>1</sup>*

**Resumo:** O presente artigo tem como problema de pesquisa a desconstrução das narrativas de gênero nos conflitos armados pela Unidade de Defesa das Mulheres (YPJ). A YPJ nasceu como um grupo paramilitar curdo exclusivamente feminino no nordeste da Síria no contexto de guerra civil e expansão do autoproclamado Estado Islâmico no país. Dois aspectos singulares permitem-na configurar uma exceção à masculinidade hegemônica presente nas esferas militares: ser um exército *de* mulheres e ser um exército *para* mulheres. O trabalho apoia-se na teoria feminista da segurança para provocar a superação dos limites do ideal tradicionalista de guerra nas Relações Internacionais.

**Palavras-chave:** Guerra. Gênero. YPJ. Síria. Curdistão sírio/Rojava.

---

<sup>1</sup> Graduanda do sétimo semestre de Relações Internacionais pela Universidade Federal Fluminense (UFF).  
E-mail: annascartezini@id.uff.br.

# 1 Introdução

No presente artigo procura-se sustentar os pressupostos de que a Unidade de Proteção das Mulheres (YPJ) curdas desconstrói as narrativas de gênero tradicionais e universais da guerra. Para cumprir com esse objetivo, o recorte geográfico foi limitado à Rojava<sup>2</sup> e o intervalo temporal aos anos de 2012, ano de criação da YPJ, a 2019, quando foi declarada a derrota do Estado Islâmico (EI) na Síria. A pesquisa é exploratória e a metodologia consiste em revisão de literatura na área das Relações Internacionais (RI) e dos estudos de segurança internacional, girando em torno dos temas que versam sobre feminismo e guerra e no levantamento de materiais jornalísticos das imprensas ocidental e oriental. A justificativa do trabalho dá-se pela ausência e pela necessidade de maiores reflexões sobre as questões de gênero na guerra nas Relações Internacionais.

Em primeiro plano, será feita uma breve contextualização da questão curda e dos principais eventos geopolíticos ocorridos dentro do recorte temporal analisado: a Primavera Árabe, a Guerra Civil na Síria, a expansão do autoproclamado Estado Islâmico e a chamada Revolução de Rojava. Esses acontecimentos facilitam a compreensão do movimento em curso na região síria autogovernada – e incentivada pelos curdos e instituições curdas – e, consequentemente, da criação dos braços armados desse movimento: a YPJ e sua contraparte, a Unidade de Proteção Popular (YPG).

Como se verá, a YPJ é um grupo armado integral e exclusivamente composto por mulheres. Ela está inserida no projeto curdo de implementação de um novo modelo sociopolítico na região – o Confederalismo Democrático – e sua agenda está alinhada com os preceitos desse modelo: feminismo, ecologia e democracia, destacando o forte comprometimento ao primeiro (DIRIK, 2016). Assim, chega-se à primeira conclusão parcial: a YPJ é um exército *de* mulheres *para* mulheres.

Em um segundo momento, sob a lente das teorias feministas das Relações Internacionais e dos estudos de Segurança Internacional, será mostrado que, quando analisada pelas vertentes tradicionais dessas áreas, a guerra apresenta algumas características próprias e evidentes. Primeiro, nota-se a masculinidade

2 Rojava é uma região autodeclarada autônoma localizada no nordeste da Síria. Em 2012, as guerrilhas curdas tomaram o poder do local, suprimindo a figura do Estado e estabelecendo uma organização político-administrativa direta, por meio de organizações de base (RIBEIRO, 2015).

hegemônica na cultura da guerra e na construção imagética daquele que faz a guerra (TICKNER, 2001; VIA, 2010). Segundo, percebe-se que os gêneros (feminino e masculino) assumem papéis universais e tradicionais na guerra (GOLDSTEIN, 2001). Também, aos gêneros são atribuídas concepções estereotipadas. O conjunto desses elementos constitui o que será chamado de “narrativas de gênero na guerra” (TICKNER, 2001; VIA, 2010).

Desse modo, as seções subsequentes ocupar-se-ão de sustentar a ideia de que a YPJ é um exemplo de afastamento das narrativas hegemônicas de gênero. Partindo do pressuposto de que ela é uma instituição de mulheres e para mulheres, primeiro será visto como a exclusividade feminina configura uma exceção às concepções tradicionais de segurança e da guerra, e como contribui para a superação dos aspectos masculinizantes das esferas militares. Depois, será tratada a agenda feminista da YPJ. Por mostrar-se preocupada com problemáticas estruturais, para além do conflito bélico, pode-se dizer que a YPJ tem uma dupla função: militar e social. Enquanto a militar versa sobre a defesa contra ataques físicos, a função social remete à opressão estrutural das mulheres, tendo em vista a sociedade misógina em que vivem. Nesse sentido, inserida no projeto confederalista democrático, a YPJ é ligada umbilicalmente à luta de emancipação das mulheres (DIRIK, 2016), o que a torna destarte um “exército”<sup>3</sup> para mulheres. Por fim, a conclusão dos pontos tratados retomará o problema de pesquisa do trabalho: “a YPJ representa uma alternativa ao modelo de guerra tradicional?”.

## 2 Xadrez Geopolítico

Os curdos são a maior etnia sem Estado do mundo. Cerca de 30 a 40 milhões de pessoas ocupam uma área de 500 mil quilômetros quadrados entre os territórios da Turquia, Síria, Iraque e Irã, conhecida como Curdistão. Esse povo enfrenta tentativas de assimilação cultural e ataques à sua existência, às suas vidas e aos seus costumes desde a delimitação geopolítica desses Estados nacionais, com o acordo de Sykes-Pycot ao fim da Primeira Guerra Mundial (RIBEIRO, 2015). Essa relação conflituosa pode ser ilustrada pelo ditado popular que diz que “os curdos não têm amigos, apenas as montanhas”.

---

<sup>3</sup> Vale ressaltar que as milícias curdas são unidades de proteção e não exércitos no sentido tradicional do conceito.

Cada um dos quatro espaços apresenta suas particularidades sociopolíticas, mas esse trabalho concentrar-se-á em apenas um deles: o Curdistão Sírio, ou Rojava. A Guerra Civil na Síria eclodiu em 2012 como corolário da onda de protestos contrária aos governos autoritários que se alastrou por todo o Oriente Médio e norte da África, na chamada Primavera Árabe. Na Síria, os protestos começaram no início de 2011 no interior do país, mas logo chegaram aos grandes centros urbanos (FORD, 2019). Em março do mesmo ano, um episódio foi responsável por catalisar a revolta popular: crianças que teriam pichado um muro com dizeres contrários ao governo foram presas e torturadas pelas forças do ditador Bashar-al Assad.

As manifestações tomaram as ruas de todo o país e obrigaram Assad a fazer concessões, aprovar uma nova Constituição e realizar novas eleições pluripartidárias (ENTENDA..., 2012). Assad, porém, recusou-se a deixar o comando do país e a repressão draconiana aos movimentos contestadores culminou na guerra civil. Os atores da guerra estão polarizados em, de um lado, o regime sírio com tanques, artilharia pesada e aeronaves (FORD, 2019) e, de outro, os rebeldes armados contrários a ele. A complexidade da guerra vai muito além do que aqui foi mencionado. As disputas intrincadas, o envolvimento de potências extrarregionais e seus interesses estratégicos no conflito lhe conferem a alcunha de “miniguerra mundial” (SLY, 2016).

As suas consequências transpassam as fronteiras da Síria. Dentre elas destacam-se a instabilidade política; a fragmentação de praticamente todo um país que já não contava com uma unidade nacional forte; o colapso econômico e a destruição da infraestrutura síria; uma crise migratória que levou mais de metade da população a deslocar-se muitas vezes precariamente em busca de refúgio e, por fim, à germinação de grupos radicalizados, cuja maior expressão é o autoproclamado Estado Islâmico (LUCENA, 2017).

Foi aproveitando-se da instabilidade política oriunda da guerra que o EI encontrou solo fértil para o seu projeto expansionista e fundamentalista. A implementação de um califado islâmico regido pela lei da *sharia* é o principal objetivo dessa organização radicalizada de vertente ultraconservadora islâmica (salafismo *jihadista*)<sup>4</sup>. Sua atuação ganhou notoriedade em 2014 com a conquista de grandes

<sup>4</sup> Salafismo é a escola islâmica daqueles que seguem o exemplo dos companheiros (safat) do Profeta, e, portanto, aqueles crentes de uma prática do “Islã autêntico”. Dentre as ramificações do salafismo, encontra-se o salafismo

áreas na Síria e no Iraque, que consolidou a implementação do seu autoproclamado Estado Islâmico. Ao tomar o poder das cidades, o EI colocava em prática atos de extrema hostilidade contra as populações locais, dentre os quais execuções sumárias, limpeza étnica, tortura, assassinatos em praças públicas, decapitações, sequestros, escravidão e venda de mulheres como escravas sexuais (RETOMADA..., 2017). Como se verá posteriormente, as forças curdas analisadas neste trabalho foram fundamentais para a derrota do grupo em 2019.

Em 2012, o Curdistão sírio assistiu a um vácuo político. Bashar-al Assad, mais preocupado com sua luta contra os rebeldes, diminuiu sua presença no local (RIBEIRO, 2015). A região logo foi tomada pelas forças curdas, que passaram a exercer o controle político, militar e administrativo da região. Houve, nesse contexto, a supressão do Estado e a implementação de um novo modelo sociopolítico, a “*stateless democracy*”<sup>5</sup> de caráter feminista, social e ecológico: o Confederalismo Democrático, no que ficou conhecido como Revolução de Rojava (CARVALHO, 2016). Foi então proclamada uma república autônoma em 2012, governada pelo Partido da União Democrática (PYD) curdo e dividida em três cantões: Efrin, Kobanê e Al Jazeera. Com isso, pode-se dizer que os curdos em Rojava optaram por uma “terceira via”, mantendo-se afastados do conflito entre Assad e a oposição, bem como implementando a política ideológica confederalista democrática idealizada por Abdullah Öcalan<sup>6</sup> (RIBEIRO, 2015).

O Confederalismo Democrático é um movimento político revolucionário apresentado como uma alternativa ao sistema de Estados nacionais. Ele prevê a constituição de uma sociedade democrática, ecologicamente sustentável, livre do patriarcado e da estrutura estadocêntrica em vigência (DIRIK, 2016). É apoiando-se nessa ideologia que os curdos em controle de Rojava se auto-organizam social e politicamente, estabelecendo um território sem Estado, de administração popular, em forma de comunas e conselhos (RIBEIRO, 2015).

---

jihadista, que acredita que a violência pode ser utilizada para tomar o poder, islamizar a sociedade e estabelecer Estados islâmicos. Para eles, o terrorismo é um meio legítimo para a re-islamização do mundo muçulmano e para o combate ao mundo ocidental (COSTA, 2010).

<sup>5</sup> “Democracia sem Estado”, tradução própria.

<sup>6</sup> Abdullah Öcalan é um dos líderes fundadores do Partido dos Trabalhadores Curdos (PKK). Em 1999, foi preso pela Turquia. Na prisão, Öcalan elaborou o projeto do Confederalismo Democrático, um novo modelo sócio-político sustentado pelo tripé ideológico feminismo/democracia/ecologia, para substituir o sistema de Estados-nação (RIBEIRO, 2015; DIRIK, 2016).

Uma análise de gênero histórica do desenvolvimento dos Estados soberanos indica que sua construção foi feita sob uma ótica masculina e carregada de divisão de gênero, o que faz com que, até hoje, persistam as discussões sobre a voz feminina na construção da política internacional (TICKNER, 2001). Sendo assim, uma sociedade patriarcal é aquela na qual as mulheres estão à sua margem, uma vez que o poder do homem lhes é superior. Tendo em vista que o Estado é o perpetuador dos paradigmas sociais de caráter patriarcal<sup>7</sup>, superá-lo é fundamental para a libertação das mulheres (ÖCALAN, 2016).

A libertação da mulher é ponto fulcral no Confederalismo Democrático e, sem ela, não há libertação da sociedade como um todo (DIRIK, 2016). Surge, nesse sentido, um paradigma feminino ou uma “ciência da mulher”, em curdo, *jineologi*, que procura substituir a ótica masculina e patriarcal pela qual a ciência e a história são contadas e permite a consolidação do modelo de autogestão democrático (RIBEIRO, 2015). As mulheres são a vanguarda do movimento revolucionário em Rojava, o que pode ser observado na sua representativa participação em todas as esferas do novo sistema: esferas militar, política, administrativa e educacional.

Ainda em 2004, muito antes da Revolução de Rojava, foram criadas as Unidades de Proteção do Povo (YPG), como unidades de defesa armada do Curdistão. A YPG é composta por cerca de 65 mil pessoas, dentre as quais 10 mil são mulheres. Trata-se de uma força militar não estatal cujas funções estão unicamente ligadas à defesa da região. Seu arsenal é precário e antigo: composto principalmente por fuzis Kalashnikov, conhecidos como AK-47, caminhonetes 4x4 e alguns poucos projéteis antitanques. De maneira improvisada, a YPG também transforma caminhões de lixo e botijões de gás em material bélico, como tanques e bombas caseiras (DIRIK, 2016).

Já em 2012, em plena guerra civil, nasce a sua contraparte – a YPJ – de mesma função, à exceção de ser composta única e exclusivamente por mulheres (DIRIK, 2016). É sobre esse ponto que o trabalho delongar-se-á. Como enunciado em seu site, a YPJ é definida como “uma força militar centrada na democracia social, ecologia e liberdade das mulheres” (YPJ, 2020, n.p., tradução própria<sup>8</sup>). Ela

<sup>7</sup> Para Öcalan, o capitalismo e o Estado-nação “representam o macho dominante de maneira mais institucionalizada” e o “monopólio do macho tirânico e explorador” (ÖCALAN, 2016, p. 59).

<sup>8</sup> No original, “Women Protection Units (YPJ) is a basic military and national force centered on democratic society, ecology and women’s freedom”.

foi criada a partir da necessidade de autonomia e de empoderamento das mulheres curdas. Vale ressaltar que mulheres podem, e devem, ser membros da YPG, mas uma estrutura essencialmente feminina significa a superação das barreiras tradicionais e patriarcais de uma instituição mista – o que é ponto chave do Confederalismo Democrático, como já mencionado. Posto isso, a YPJ configura a

linha de defesa contra todos os ataques à nossa sociedade, ao nosso povo e às nossas mulheres, a fim de construir uma Síria democrática e um Curdistão livre, lutando contra a dominação militar do sistema masculino, bem como seu regime de religiões, nacionalismo, ciência e governo patriarcais (YPJ, 2020, tradução própria<sup>9</sup>).

Esse breve apanhado histórico do xadrez geopolítico do recorte geográfico proposto será fundamental para as análises seguintes. Na próxima seção, serão esclarecidos o que são os papéis de gênero na guerra e o que se chama aqui de “narrativas de gênero na guerra”, sob a lente teórica das Relações Internacionais.

### **3 Narrativas e Papéis de Gênero na Guerra**

O caso da YPJ não é o primeiro episódio em que mulheres tomam parte em conflitos armados. Nos séculos XVIII e XIX, no então Reino de Dahomey, na África Central, as mulheres compunham a elite militar do exército do rei. Já na Segunda Guerra Mundial, além de se ocuparem de atividades burocráticas e de saúde, mulheres também fizeram parte dos contingentes militares, notadamente na União Soviética (GOLDSTEIN, 2001). Esses exemplos comprovam a capacidade técnica feminina em combates. Sobre isso, Goldstein (2001) afirma que:

Mulheres lutaram raramente em guerras, mas sua participação efetiva aconteceu em diversas ocasiões. mulheres podem matar a queima-roupa ou como franco-atiradoras, podem suportar as dificuldades da guerra e manter sua racionalidade mesmo sob fogo. Dado isso, é intrigante que poucos Estados tenham usado mulheres como combatentes. A razão para tal envolve a proteção das normas de masculinidade, que geralmente motivam os homens a participarem da guerra (GOLDSTEIN, 2001, p. 10, tradução própria<sup>10</sup>).

---

9 No original, “Line of defense against all attacks faced by our society and our people and women in order to build democratic Syria and a free Kurdistan, struggling against the military domination of male sexual system and his regime of religions, nationalism, science and the patriarchal and government system”.

10 No original, “Women have fought in wars rarely, but effectively on numerous occasions. Women can kill at close range or as snipers, endure the hardships of battle, and keep their wits under fire. Given this record, it is puzzling that so few states have ever tried using women combatants. The reason may involve protecting the norms of masculinity that often motivate men to participate in war”.

A simples presença de mulheres na guerra, ainda que discreta, não exclui o seu caráter exclusivamente masculino. Isso porque, segundo Goldstein (2001), o sistema da guerra foi moldado socialmente de modo a associar a masculinidade à braveza e à coragem, necessárias para realizar o ato de matar. Tal construção leva ao que o autor chama de *genderização universal da guerra*<sup>11</sup>, da qual se depreende que, via de regra, a construção imagética do soldado é sempre a de um homem.

Cinco motivos explicam o papel de gênero universal na guerra. Em primeiro lugar está a discriminação sexista, apesar do histórico positivo das participações de mulheres como combatentes. Em segundo, estão as diferenças anatômicas e fisiológicas entre os sexos, que exaltam, por um lado, os atributos relacionados à força e ao tamanho físico e, por outro, desprestigiam aqueles associados à feminilidade. A terceira explicação diz respeito a uma suposta melhor adaptação masculina a dinâmicas sociais e a ambientes hierárquicos, e a quarta explora como as normas de uma masculinidade socialmente construída desde a infância de meninos motiva os soldados a combaterem. Por fim, o quinto motivo destaca a linha tênue entre a dureza dos soldados e seus comportamentos misóginos e dominantes, igualmente responsáveis pela força motivadora para combater (GOLDSTEIN, 2001).

Historicamente, a guerra é tida como uma área nobre e aqueles que nela servem são exaltados como heróis dignos de honra. Porém, uma vez que a cultura da guerra é parte de uma estrutura ideológica patriarcal sustentada por binarismos de gênero, as mulheres são impedidas de usufruir desse mesmo status heroico (KENNEDY-PIPE, 2010). Elas são impedidas pelo que chamaremos de narrativas de gênero na guerra.

As narrativas de gênero são usadas e perpetuadas no curso da história pelos Estados e seus respectivos discursos nacionais para justificar o fenômeno da guerra. Os Estados adotam discursos masculinizantes, identidades nacionais ligadas ao gênero, além da associação dos conceitos da guerra a uma masculinidade heroica. A paz, por sua vez, é dotada de uma feminilidade utópica, inalcançável. Portanto, a ideia tradicional de guerra é indissociável de comportamentos atribuídos à masculinidade: egoísmo, brutalidade, arrogância e violência. Um bom soldado deve adjetivar-se de tal maneira. Em contrapartida, a um mau soldado são atribuídas características tidas como femininas: fraco, frágil, sem coragem (TICKNER, 2001).

<sup>11</sup> No original, "universal gendering of war".



A desvalorização do feminino é normalizada na esfera militar não apenas na marginalização da mulher, pois tudo que está atrelado à feminilidade recebe uma conotação negativa, invocando a inferioridade “natural” feminina e perpetuando a hierarquia de gênero. As diferenças de gênero e a supervalorização da masculinidade são produzidas e complementares. Ao mesmo tempo em que o feminino é desvalorizado por “falta” de qualidades, o masculino é valorizado por ser quem oferece aquilo que falta. O resultado dessa soma é a justificativa da manutenção do masculino no topo da hierarquia social (PETERSON, 2010).

Percebe-se, então, que as narrativas de gênero são fundamentais para criar e sustentar a cultura da guerra, ao mesmo tempo em que as questões de gênero são comumente deixadas de lado pelas correntes *mainstream* dos estudos internacionais. Segundo Enloe (2014, p. 3), olhar para a política internacional com uma lente feminista é buscar diversas mulheres em lugares geralmente tidos pelas correntes tradicionais como meramente “privados”, “domésticos” ou “triviais”. A importância de questionar o local e o papel das mulheres em ambientes de dominação masculina foi precisamente sintetizada por Cynthia Enloe em seu livro *Bananas, Beaches and Bases* quando ela indaga-se “onde estão as mulheres?”<sup>12</sup> (ENLOE, 2014, p. 6).

Na história, o movimento feminista divide-se cronologicamente em três momentos, ou ondas<sup>13</sup>, sendo a primeira delas na passagem do século XIX para o século XX. Frisa-se que o feminismo não é um projeto homogeneizador. Cada ramificação do movimento possui suas preocupações e suas lutas, embora todas possuam em comum a busca pelo fim das desigualdades sociais e históricas entre homens e mulheres. Por isso, é preciso levar em consideração as diferenças internas entre as próprias feministas, o que nos leva a constatar que o feminismo pode ser considerado um movimento de dissidência mais por questionar a histórica dominação masculina do que por levantar questionamentos metodológicos, epistemológicos ou ontológicos (NOGUEIRA; MESSARI, 2005).

---

12 No original, “where are the women?”.

13 A primeira onda feminista deu-se na passagem do século XIX para o século XX e lutou pelo sufrágio universal e pela inclusão das mulheres no espaço político. A segunda onda deu-se na década de 1970 com uma agenda de inclusão social e cidadania. A terceira onda aconteceu na década de 1990 e trouxe a ideia de que as fontes de opressão são muito mais numerosas do que as identificadas pelas ondas anteriores; dessa forma, o foco muda para o “poder do gênero”: o discurso como fonte de poder, ordem e construção de hierarquias de gênero (NOGUEIRA; MESSARI, 2005; MONTE, 2010).

Nas Relações Internacionais, a contribuição feminista só ganhou importância na década de 1990, quando o estupro de mulheres foi usado como arma em guerras de caráter étnico, o que obrigou a disciplina a “descer de seu pedestal” do estudo da *high politics* (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 223). Nesse sentido, Sylvester (1996) estabelece uma divisão do feminismo nas RI em duas linhas de pensamento: o ponto de vista feminista e o feminismo pós-moderno. O primeiro busca inserir as questões de gênero em ambientes de discussão tradicionais das RI, que são em sua maioria dominados por homens. Ele acredita que mulheres podem prover uma soberania diferente e, conseqüentemente, uma política diferente. Já o segundo admite uma indefinição do conceito de gênero e procura questionar a lógica dessa soberania. O feminismo pós-moderno critica o ponto de vista feminino na medida em que ele parece “compactuar” com os limites das teorias clássicas de RI, apenas injetando a questão de gênero em ambientes tradicionais (SYLVESTER, 1996; NOGUEIRA; MESSARI, 2005).

Já sobre o papel de gênero na guerra, mais especificamente, Goldstein (2001) elenca três correntes divergentes do feminismo. O feminismo da diferença assume as diferenças biológicas essenciais entre os sexos e admite que, enquanto as mulheres são biologicamente propensas a buscar soluções pacíficas, os homens são naturalmente violentos. Em contrapartida, o feminismo liberal recusa o pensamento de que mulheres são naturalmente pacíficas e prega a igualdade de gênero no que tange às habilidades técnico-militares. Já o feminismo pós-moderno enxerga os papéis na guerra como fenômenos fluidos e contextuais e, por isso, tanto homens quanto mulheres desempenham papéis diversos (GOLDSTEIN, 2001).

O feminismo da diferença encontra seu sustento ontológico no essencialismo. Essa noção filosófica enxerga as coisas carregadas de qualidades imutáveis e atemporais. Os gêneros teriam suas características próprias, ou seja, as mulheres seriam dotadas de qualidades femininas inatas e os homens de qualidades masculinas inatas, que se manteriam essencialmente por toda a vida, sem possibilidade de mudança. Skjelsbaek (2001) observa que o discurso essencialista é usado pelos detentores do poder para justificar a sua posição: homens estão em posição de liderança porque lhes é natural, assim como mulheres devem ficar em casa e cuidar de suas crianças pelo mesmo motivo. Ele também é usado para fortalecer o argumento de que a paz

é essencial e inerentemente feminina e, por isso, as mulheres devem ser excluídas das discussões de guerra.

Já o feminismo liberal aproxima-se da ontologia do construtivismo social, cuja principal ideia é a de um mundo em constante mudança. As identidades de gênero aqui não seriam inatas, como no essencialismo, mas sim construídas e estabelecidas a partir das interações nas estruturas sociais em que o indivíduo está inserido (SKJELSBAEK, 2001). Nota-se a negação da dicotomia mulher/paz e homem/violência. Também parece certo dizer que o feminismo pós-moderno encontra sustento ontológico no construtivismo social, uma vez que os papéis de gênero na guerra como fenômenos fluidos e contextuais podem ser enxergados como resultantes de interação social.

Se não é inédita a participação de mulheres em guerras, há aspectos particulares que tornam singular a luta armada das mulheres curdas. São esses aspectos que apagam as narrativas de gênero da guerra acima mencionadas. Em primeiro lugar, está a exclusividade feminina. O sistema organizativo da YPJ é dividido em grupos, pelotões, unidades e batalhões, sendo todos os postos, inclusive os de comando e de treinamento, ocupados por mulheres e meninas (RIBEIRO, 2015). Logo, tem-se que a YPJ é um exército *de* mulheres.

Uma segunda particularidade é a estratégia de autodefesa e o comprometimento com o fim da sociedade patriarcal. O movimento político do Confederalismo Democrático tem como uma de suas principais premissas a liberação da mulher das amarras opressoras de uma sociedade patriarcal (DIRIK, 2016). Ao comprometer-se com esse movimento, a YPJ pode ser vista como um exército *para* mulheres. As próximas seções debruçar-se-ão sobre essas questões e demonstrarão de que modo elas são fundamentais para a desconstrução das narrativas tradicionais de gênero na guerra.

### 3.1 Exército de Mulheres

Criar um exército puramente feminino significa pôr fim à masculinidade hegemônica que perpassa os Estudos de Segurança Internacional e engloba as RI como um todo. O conceito de masculinidade hegemônica, cunhado por Raewyn Connell (*apud* TICKNER, 2001), identifica a dominação das normas e valores

masculinos em instituições de controle social a fim de manter a ordem patriarcal. O próprio mito fundador das RI, no qual o Realismo se apoia para explicar o Sistema Internacional, descreve um comportamento individual classicamente tido como masculino, de amorabilidade e egoísmo, e adota-o universalmente para todos os Estados. Assim, uma análise de gênero histórica do desenvolvimento dos Estados soberanos e da guerra indica que a construção de ambos foi feita sob um modelo masculino (TICKNER, 2001).

Portanto, fica clara a associação entre os comportamentos estatais e a masculinidade hegemônica. Essa perpétua associação contribui para o distanciamento das mulheres dos estudos de segurança. Desse modo, o comportamento no ambiente militar é moldado pela construção e reprodução de normas, regras e políticas, que dirigem a atividade individual aos encaixes dos padrões masculinos propostos (PETERSON, 2010).

Já o termo “militarização” é usado para explicar a adoção de valores militares – hierarquia, obediência e uso da força – pelos Estados, sendo as narrativas heróicas de guerra a maneira encontrada por homens e Estados masculinos para provar sua masculinidade (VIA, 2010). No contexto militar, então, os combatentes precisam afastar-se de qualquer traço de feminilidade, que é tida como sinônimo de fraqueza, fragilidade e incapacidade, e aproximar-se daqueles associados à masculinidade, como força, resistência e braveza.

Ao simplesmente serem “injetadas” na esfera militar masculinizada, as mulheres se deparam com o desafio duplo de provar que são tão “masculinas” quanto seus colegas homens e, ao mesmo tempo, de não perder sua “essência feminina” (VIA, 2010). Uma vez que o contingente da YPJ é única e exclusivamente composto por mulheres (DIRIK, 2016; RIBEIRO, 2015), pode-se inferir que o caráter masculino do meio militar, a divisão universal dos papéis de gênero na guerra e, consequentemente, as narrativas de gênero são excluídas. Nota-se a importância de não apenas *incluir* mulheres em Forças Armadas, mas também *integrá-las* (VIA, 2010). O caráter masculinizante na YPJ também é suprimido na medida em que os atributos como força, coragem e braveza são exaltados como necessários à guerra, mas não são associados em nenhum momento à masculinidade. Da mesma maneira, não há a redução do sexo feminino a frágil e sem coragem, porque uma vez que

são as mulheres os componentes do batalhão e se são elas quem fazem a guerra, é contraditório assumir que elas não possuem força e coragem para tal.

A supressão das narrativas tradicionais de gênero pode ser notada de maneira prática pela forma como a mídia, sobretudo a ocidental, representa as mulheres da YPJ. A fim de ilustração, selecionamos um artigo para a revista de beleza feminina *Marie Claire*, em que Griffin (2014) evoca diversas vezes os adjetivos *strong, loyal, disciplined, committed*<sup>14</sup>, e faz questão de coletar depoimentos que demonstram que as militares da YPJ são dotadas daquelas qualidades comumente associadas à masculinidade:

Elas lutam contra um inimigo impiedoso com armas maiores e mais pesadas que si. E mesmo assim, continuam a lutar. [...] Ahmed, assim como muitas da YPJ, é ferozmente leal às suas companheiras soldadas. [...] Elas podem ser fortes e líderes. [...] As mulheres são de fato vistas como tão fortes, disciplinadas e comprometidas quanto os homens. Elas suportam meses de treinamentos longos e rigorosos em armamentos e manobras táticas antes de serem permitidas a lutar (GRIFFIN, 2014, n.p., tradução própria<sup>15</sup>).

Para Dirik (2014), porém, essa repercussão midiática demonstra que o ocidente se preocupa apenas em sensacionalizar as maneiras pelas quais essas mulheres desafiam noções preconcebidas de mulheres orientais como vítimas oprimidas. Isso resulta na caricaturização errônea de mulheres guerreiras curdas como um fenômeno novo e na desvalorização de sua luta legítima. Ignora-se que as causas da guerra residem no combate contra uma sociedade patriarcal e contra um grupo que estupra e vende mulheres como escravas sexuais, para que revistas de beleza atinjam seus propósitos sensacionalistas (DIRIK, 2014).

A supressão dos estereótipos de gênero também pode ser observada no testemunho de Sa-el Morad:

Nós podemos fazer tudo que um homem faz, não há nada impossível para nós. Quando eu estava em casa, os homens pensavam que a função da mulher era limpar a casa e não sair de lá. Mas quando eu entrei na YPJ, tudo mudou. Eu mostrei a eles que eu consigo empunhar uma arma, que eu consigo lutar nas batalhas, que eu consigo fazer tudo que eles pensavam

14 Forte, leal, disciplinada, comprometida (tradução própria).

15 No original: They fight with weapons that are bigger and heavier than they are against a relentless enemy. And yet they continue to fight. [...] Ahmed, like many of the YPJ, is fiercely loyal to her fellow-soldiers. [...] They can be strong *and* be leaders. [...] The women are indeed seen as just as strong, disciplined, and committed as their male counterparts. They endure many months and levels of rigorous training in weaponry and tactical maneuvers before they are even allowed to fight.

que era impossível para uma mulher. Agora, os homens estão mudando sua opinião sobre mim e sobre outras mulheres. Eles agora veem que somos iguais e temos as mesmas habilidades, talvez até mais do que eles. Agora os homens entendem que somos fortes e podemos fazer o que quisermos (GRIFFIN, 2014, n.p., tradução própria<sup>16</sup>).

Exclui-se também a hierarquia clássica das instituições tradicionais militares. Há entre as mulheres e meninas da YPJ uma ideia coletiva de luta e sororidade, ilustrada pela maneira como se chamam entre si: *heval*, que em curdo significa “amiga” ou “camarada” (DIRIK, 2016). Ademais,

A estrutura interna também tenta romper com a hierarquização dos exércitos clássicos, as unidades escolhem seus próprios comandantes de forma democrática e têm o poder de revogar essa escolha. Os comandantes não têm privilégios especiais, convivem com os demais milicianos e não estão isentos dos trabalhos de manutenção, como cavar trincheiras (DIRIK, 2016, p. 141).

Em entrevista concedida à Sputnik, a comandante da YPJ Nesrîn Abdalla explica que

Até então, os exércitos eram criados exclusivamente por homens com uma mentalidade patriarcal, e eles tinham apenas duas funções: defender-se e ganhar poder. Mas nós somos um exército de mulheres, algo que nunca aconteceu antes, não há outros assim. Nós fazemos isso não apenas para nos protegermos, mas também para mudar a mentalidade do exército, não apenas para conquistar poder, mas também para mudar e desenvolver a sociedade (MEET..., 2016, n.p., tradução própria<sup>17</sup>).

As táticas e estratégias militares da YPJ foram se desenvolvendo contigualmente à sua popularidade, na medida em que provavam ser uma força poderosa contra o jihadismo. Além de tomarem parte nas linhas de frente das batalhas, as mulheres passaram também a assumir posições de comando estratégico. Sobre isso, Zaidou (2017) nota que

---

16 No original: We can do all the same things that men can do, there's nothing impossible for us. When I was at home, all the men just thought that the women are just cleaning the house and not going outside. But when I joined the YPJ everything changed. I showed all of them that I can hold a weapon, that I can fight in the clashes, that I can do everything that they thought was impossible for women. Now, the men back home changed their opinions about me and other women. Now they see that we are their equals, and that we have the same abilities, maybe sometimes more than them. They understand we are strong and that we can do everything they can.

17 No original: Until now, armies were created exclusively by men with patriarchal thinking, so they had only two tasks: to defend and win power. But we are an army of women, and that's never happened before, there are no others like that. We do this not just to protect ourselves, but also to change the way of thinking in the army, not only to gain power, but to change society, to develop it.

assim que a YPJ conquistou uma boa reputação, especialmente na luta contra o ISIS, que é classificado pelas potências mundiais como uma organização terrorista, ela começou a assumir a liderança na luta antiterrorista. O presidente francês François Hollande recebeu de maneira não-tradicional a comandante da YPJ Nisreen Abdullah em seu uniforme militar, o que vai de encontro aos costumes do palácio. O encontro deu a Abdullah um local de destaque no front de batalha. (ZAIDOU, 2017, n. p., tradução própria<sup>18</sup>).

Zaidou (2017) destaca ainda que, em comparação com outras forças militares em luta na Síria, o exemplo de Rojava é exceção no que diz respeito a mulheres armadas, graças à forte credibilidade do movimento feminista curdo, bem como sua crença na democracia e no secularismo.

Nos movimentos curdos, as mulheres participam dos treinamentos de combate, têm um grande nível de independência e desempenham papel ativo nas tomadas de decisão na guerra. Enquanto isso, as mulheres em outras forças combatentes têm papéis fracos e nominais, como no batalhão feminino das Forças de Defesa Nacional, na brigada jihadista al-Khansaa e nas forças femininas da milícia das forças policiais síriacas. Essa diferença entre o papel e o valor das mulheres combatentes em grupos curdos em comparação com outras forças deriva da importância cada vez maior de mulheres no cotidiano curdo. Além disso, essa importância vem da forte crença curda na democracia e no secularismo (ZAIDOU, 2017, n. p., tradução própria<sup>19</sup>).

Se apenas o aspecto técnico-militar for levado em conta, deixando de lado o projeto político revolucionário em curso, pode-se dizer que a função militar da YPJ serve de sustento para os argumentos do feminismo liberal, no que tange ao papel de gênero na guerra, e ao ponto de vista feminista, no que diz respeito ao gênero propriamente dito na guerra. Vale retomar que o feminismo liberal é aquele que crê na igual capacidade física e técnica de mulheres e homens na guerra e o ponto de vista feminista é aquele que prega a inserção das discussões de gêneros

---

18 No original: Once YPJ fighters had earned a reputation, particularly in their fight against ISIS, which is classified by world powers as a terrorist organization, they began to take the lead in the battle against terrorism. French President Francois Holland gave an untraditional reception to Nisreen Abdullah, commander of the YPJ, when he welcomed her at the Élysée Palace in her military uniform, which is contrary to traditional palace customs. This meeting provided Abdullah with a prominent place in the YPJ on the battle front.

19 No original: In Kurdish movements, women participate in combat training, exercise a great degree of independence, and are active decision makers in the war. Meanwhile, women have nominal and weak roles in other combat forces, such as the regime's all-female force within National Defense Forces, ISIS's al-Khansaa Brigade, and the Syriac Security Office's female force. This difference between the role and value of female fighters in Kurdish groups versus those in other factions stems from Kurdish women's increasingly visible role in daily life. Moreover, Kurdish women's valued position comes from Kurdish movements' strong belief in democracy and secularism.

em ambientes tradicionais das RI – nesse caso, o da guerra (GOLDSTEIN, 2001; NOGUEIRA; MESSARI, 2005).

Isso porque a YPJ é a concretização da inserção das discussões de gênero no campo da guerra, bem como a imersão total de mulheres nesse ambiente. Uma vez imersas e autogestoras autônomas de suas unidades de autodefesa (RIBEIRO, 2015), a YPJ sustenta com êxito a comprovação da capacidade militar feminina, nos diversos postos de comando, operação e administração. Um exército de mulheres demonstra ser tão capaz de fazer a guerra quanto um exército de homens ou misto.

Essa associação, porém, limita-se ao aspecto técnico-militar. A próxima seção abordará o outro aspecto da luta: o projeto político de emancipação feminina no Curdistão. É válido salientar que esse projeto está inserido em um modelo político contrário ao estadocentrismo do Sistema Internacional, propondo, inclusive, a superação do Estado (RIBEIRO, 2015). Partindo do pressuposto de que o Estado é, hoje, o principal ator das RI, a análise a seguir restringe-se à hipótese de superação das narrativas de gênero na guerra e não se ocupa em pensar a aplicabilidade do modelo proposto.

### 3.2 Exército para Mulheres

A primeira particularidade da YPJ, que a difere de outras experiências históricas de mulheres em guerra e contribui para a desconstrução das narrativas de gênero na guerra, é ser um exército *de* mulheres. A segunda particularidade concerne à sua estratégia de autodefesa (DIRIK, 2016; RIBEIRO, 2015), que a torna um exército *para* mulheres. A autodefesa é simultaneamente a resistência aos ataques físicos e aos ataques estruturais, podendo ela “plasmarse em linhas econômicas, culturais e políticas” (RIBEIRO, 2015, p. 67). Para compreendê-la é fundamental entender a realidade em que está inserida.

A base fortemente patriarcal e a opressão da mulher em diversas sociedades do Oriente Médio não são desconhecidas. O caráter patriarcal pode ser notado pela predominância de homens no espaço público e social, discriminação da mulher, taxa desigual de escolaridade entre homens e mulheres, estupro, violência doméstica, feminicídio e ausência de direitos iguais entre os sexos. Além disso, vários aspectos da legislação islâmica ainda afetam às mulheres, como problemas relacionados a



casamentos forçados, divórcio, poligamia e sexualidade. É importante salientar, porém, que tais questões não são exclusivas à região em questão, muito menos justificadas por nenhuma religião (VIEIRA, 2018).

Ao contrário de algumas representações mistificantes e reducionistas feitas no ocidente, em nenhuma escritura sagrada islâmica está preconizada a subjugação da mulher. O problema das mulheres nas sociedades do Oriente Médio não é religioso, mas sim de uma religião usada por uma sociedade patriarcal (ASSAF; SCARTEZINI, 2020). Da mesma maneira que sociedade secular não significa liberdade para a mulher, a religião não deve ser responsabilizada pela desigualdade de gênero (VIEIRA, 2018). A resistência da YPJ aos ataques estruturais diz respeito à luta contra a condição social de inferioridade da mulher e traduz sua função social.

Sobre isso, Hajjami (2008) argumenta que

a condição de inferioridade e de precariedade nas quais estão confinadas a maior parte das mulheres nas sociedades árabe-muçulmanas são oriundas principalmente da hegemonia de uma mentalidade (de um sistema) patriarcal que instrumentaliza sua leitura da religião para legitimar as situações de dominação, de violência e de exclusão em relação às mulheres. (HAJJAMI, 2008, p. 109).

Além das amarras sociais das sociedades tradicionais e conservadoras locais, a dominação de algumas cidades pelo EI potencializou a opressão à mulher na região. Sabe-se que a ideologia pregada pelos jihadistas é fundamentalmente patriarcal. A interpretação radical da lei da *sharia* condena todos aqueles contrários ao islamismo sunita e extingue os direitos de mulheres e crianças, sobretudo meninas, sendo comuns as práticas de estupro coletivo, tortura, apedrejamento em praça pública, sequestro e escravidão sexual, dentre outras hostilidades (RETOMADA..., 2017).

A ideologia radical do EI enxerga a mulher como um ser inferior ao homem. Nas cidades sob seu comando, as mulheres não podem andar desacompanhadas de um homem, não possuem direitos básicos, devem sempre cobrir-se inteiramente da cabeça aos pés, não têm acesso a celulares ou internet, são impedidas de trabalhar e estudar, são capturadas, torturadas, estupradas, mantidas em cativeiro e vendidas como escravas sexuais. O tratamento hostil contra as mulheres causa revolta nas combatentes da YPJ e é uma das principais motivações que as levam

a pegar em armas (DIRIK, 2016). Em entrevista à Independent, a combatente Kimmie Taylor põe que:

Em nome das mulheres, nós liberamos muitas de um lugar sombrio. Sob controle do Estado Islâmico, uma criança, uma menina de dez anos, não podia aproveitar sua infância. Elas eram forçadas a cobrir suas cabeças e seus direitos à vida eram negados. Agora as crianças foram libertadas (ERVAN, 2019, n.p., tradução própria<sup>20</sup>).

A YPJ usou o fato de a ideologia do Estado Islâmico não enxergar mulheres como dignas de humanidade em seu favor no campo de batalha: “os jihadistas acreditam que as pessoas que são mortas por mulheres vão para o inferno. Quando mulheres lutavam contra eles e eles escutavam vozes femininas, eles fugiam”<sup>21</sup> (ERVAN, 2019, n.p., tradução própria). Por outro lado, se capturadas, as militares curdas optavam por tirar suas próprias vidas, conscientes de que nas mãos do EI seriam aprisionadas, torturadas e vendidas (DIRIK, 2016).

Nesse sentido, a autodefesa impõe-se em primeiro lugar como resistência à violência física. Como já visto, a luta é desigual, já que, ao contrário dos armamentos pesados, tanques e artilharia do EI, a YPJ conta com armamento leve, principalmente de fuzis AK-47 antigos e alguns projéteis antitanque RPG, bombas caseiras e tanques improvisados com caminhões de lixo (DIRIK, 2016).

Apesar disso, as batalhas foram bravamente vencidas pelas forças curdas com apoio de uma coalizão internacional e o EI foi derrotado na Síria (RETOMADA..., 2017). Com o protagonismo da YPJ, as forças curdas conseguiram reconquistar cidades outrora dominadas pela organização terrorista, e liberar milhares de mulheres sequestradas e presas como escravas sexuais pelo EI. O fim da guerra contra o EI leva à segunda função da YPJ:

Contra os nossos inimigos e sua ideologia, nossa guerra nunca acabará. Em particular, estamos sempre lutando contra a mentalidade popular. Mas conseguimos tirar proveito da derrota militar de forças como o Estado Islâmico, que conduziram uma guerra repugnante, especialmente contra as mulheres [...] [A guerra] tinha que ter acabado com a derrota do EI, mas

20 No original: “In the name of women, we liberated women from a dark place. Under Isis a child, a girl of ten years old, could not enjoy her childhood. They were forced to cover their heads and their right to life was denied. Now, the children have been released”.

21 No original: “The jihadists thought that people who were killed by a woman’s hand would go to hell. When women fought against them and they heard our voices, they ran away”.

a nossa guerra contra a opressão ainda não acabou. (ERVAN, 2019, n.p., tradução própria<sup>22</sup>).

A autodefesa impõe-se, em segundo lugar, no comprometimento com o fim da estrutura patriarcal. Como já foi dito, a libertação da mulher é a coluna vertebral do projeto político de Rojava. Para cumprir com essa função, nos campos de treinamento, tanto da YPJ quanto da YPG, são ofertadas, além do treinamento militar, aulas de história, de gênero, de política e de resolução pacífica de conflitos. Os graduados comprometem-se a lutar por uma sociedade democrática, ecológica e, principalmente, livre do patriarcado. Esse pensamento se insere na Teoria da Ruptura: a ruptura mental, espiritual e cultural com o sistema de poder em vigência para completa libertação do povo (DIRIK, 2016).

Tal ideologia materializa-se em diversas conquistas do movimento de mulheres curdo. Em primeiro lugar está, claro, o exército feminino, mas vale notar também a existência de partidos políticos para mulheres; assembleias anuais pela liberdade das mulheres; organizações como a PAJK, que promove a auto-organização das mulheres na comunicação, cultura, educação, promove academias de mulheres e sustenta a *jineologi* (ciência da mulher); a formação da YJA que, entre outras funções, luta contra o feminicídio, os massacres culturais e sociais e implementa instituições responsáveis pelos problemas de saúde femininos, entre diversas outras organizações (DIRIK., 2016).

A YPJ deu às mulheres curdas um espaço de autonomia e de consciência política (DIRIK, 2016). Ao mesmo tempo em que reconquistava territórios em batalhas travadas com forças muito superiores às suas, o exército de mulheres mostrou-se também um exército *para* mulheres. Além da formação militar, a YPJ permite a oferta de educação, apoio jurídico e assistência médica feminina. Tornar-se militar virou o desejo de muitas meninas curdas que procuravam fugir dos ambientes conservadores de suas famílias (ERVAN, 2019, n.p.).

Aqui em Rojava, muitas mulheres não vivem com dignidade em suas famílias, devido ao modo feudal de vida. A decisão de entrar para a YPJ mudou minha vida para sempre. Ela mostrou como mulheres podem ter lugar na luta por libertação. Para uma menina curda, que não pode usar sua voz para

---

22 No original: "Against our enemies and their ideology, our war will never stop. In particular, we are always struggling for the minds of the people. But we take morale from the military defeat of a force like Isis, which has carried out such a repugnant war, particularly against women. [...] It had to end in Isis being eradicated. But our war against oppression is not over yet".

defender seus direitos dentro da própria casa, isso é muito significativo. No início, minha família temia que eu parasse nas mãos do inimigo e fosse tratada desonrosamente. Mas com o tempo eles ficaram orgulhosos de mim. Eles viram como eu lutava (ERVAN, 2019, n.p., tradução própria<sup>23</sup>).

Ser um exército para mulheres é evidente em uma sociedade tipicamente sexista, já que:

Em sua crítica ao Estado, Öcalan assinala o sexismo como um dos pilares ideológicos do Estado, realçando como este e o capitalismo convertem a mulher tanto em objeto sexual como em mercadoria e que só permitem seu desenvolvimento para convertê-la em um acessório da sociedade patriarcal. [...] Portanto um dos pilares do Confederalismo Democrático é o feminismo. Essa necessidade da luta pela emancipação da mulher aumenta ainda mais quando o islamismo sexista se impõe sobre os Estados que dominam o Curdistão, como é o caso do Irã. (DIRIK, 2016, p. 64).

As conquistas armadas são importantes para garantir a integridade física, mas é indissociável da luta política de libertação da mulher (DIRIK, 2016). O compromisso da YPJ em superar a misoginia e o machismo socialmente responsável pela opressão de mulheres realça sua função social. O resultado da soma dessas duas funções – social e militar – é o caminho para a construção de uma sociedade livre, igual, justa e democrática.

## 4 Considerações Finais

Ao longo do artigo foi demonstrado o modo que a YPJ desconstrói as concepções sobre guerra nas vertentes tradicionalistas das RI e da segurança internacional. As escolas clássicas de RI atribuem ao fenômeno da guerra e ao próprio Estado a condição de masculinidade hegemônica. A supervalorização de comportamentos tipicamente tidos como masculinos implica a inferiorização daqueles associados à feminilidade e esse comportamento colabora com o afastamento de mulheres dos centros de poder.

Vimos que a YPJ é um exército exclusivamente composto por mulheres e possui uma agenda essencialmente feminista. Os padrões começam a ser quebrados

<sup>23</sup>No original: Here in Rojava, a lot of women cannot live with dignity in their families because of their feudal approach to living. But with my decision to join YPJ, my life changed forever. My decision showed how women can take their place in the fight for liberation. For a Kurdish girl, who cannot speak up in their own house to defend her rights, this is really significant. At first, my family were afraid I would end up in the hands of the enemy and be treated dishonourably. But after a while, they were proud of me. They saw how I struggled.

com o simples fato de ser um exército *de* mulheres. Essas mulheres combatentes mostram ser o oposto dos adjetivos trivialmente direcionados a elas na guerra, como frágeis, fracas, sem coragem e sem habilidades. A YPJ demonstra com sucesso a capacidade técnico-militar feminina ao protagonizar a luta contra as atrocidades do Estado Islâmico.

Um segundo padrão é quebrado quando analisamos a agenda do exército. Além do conflito bélico propriamente dito, a YPJ se preocupa em destruir uma estrutura não física, mas social: o patriarcalismo. Alinhada aos preceitos do modelo político implementado pela Revolução de Rojava, ela se compromete em lutar pela emancipação das mulheres do conservadorismo e combater a inferiorização da mulher em todas as esferas sociais. Percebe-se, portanto, a sua dupla função: militar e social.

Depreende-se assim que ser um exército de mulheres e para mulheres são as singularidades que permitem à YPJ superar as narrativas de gênero na guerra. Embora ainda pequeno, o movimento revolucionário em Rojava mostra-se uma bela contradição: uma remodelação político-social-estrutural liderada e protagonizada por mulheres em uma região cujo xadrez geopolítico é naturalmente chauvinista e conflituoso e cuja sociedade é estruturalmente marcada pela opressão à mulher.

A revolução em curso em Rojava é declaradamente feminista, e representa um farol democrático em um mar de conflitos. É possível extrair lições da experiência de um grupo armado integralmente feminino para pensar, na realidade ocidental, a inclusão e, sobretudo, a integração de mulheres no meio militar. A YPJ ilustra com êxito a capacidade técnico-militar de mulheres, bem como evidencia a necessidade da ocupação de cargos de comando por esse grupo minorizado.

### **Gender in War: Women's Protection Unit (YPJ) and the Deconstruction of Gender Narratives in War**

**Abstract:** This article aims to analyze how the Women's Protection Unit (YPJ) contributes to the deconstruction of gender narratives in war. YPJ is a Kurdish armed militia in Northern Syria engaged in both the Syrian Civil War and the fight against ISIS. It is an army composed exclusively by women and for women, whose feminist agenda goes beyond the conflict

itself, and therefore represents an exception to the hegemonic masculinity within the military environment. This paper evokes the feminist theories of international security studies to overcome the traditional boundaries in classical IR theory.

**Keywords:** War. Gender. YPJ. Syria. Kurdistan.

## Referências

ASSAF, Fabiane; SCARTEZINI, Anna Tereza. Feminismo islâmico versus feminismo secular: a ressignificação do Islã e a Academia. In: BUENO *et al.* (Orgs.). **Estudos em História e Cultura do Próximo Oriente**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: SobreOntens/UERJ, 2020.

CARVALHO, Eliane. Rojava: uma revolução contra o estado. **Ecopolítica**, v. 16, set./dez., 2016. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/ecopolitica/article/view/34184>. Acesso em: 24 mar. 2020.

COSTA, Sandra. **As correntes de pensamento no interior do islamismo**. Pensamento islâmico radical e as redes terroristas na Europa, Working Papers, 2010. Disponível em: [http://www1.eeg.uminho.pt/riap/cp/ceupinto/ProjectoFCT/WP\\_UM\\_Texto%20correntes%20de%20pensamento%202.pdf](http://www1.eeg.uminho.pt/riap/cp/ceupinto/ProjectoFCT/WP_UM_Texto%20correntes%20de%20pensamento%202.pdf). Acesso em: 26 out. 2020.

DIRIK, Dilar (Org.). **A revolução ignorada: feminismo, democracia direta e pluralismo radical no Oriente Médio**. Tradução de Paulo Ferraz. São Paulo: Autonomia Literária, 2016.

DIRIK, Dilar. Western fascination with ‘badass’ Kurdish women. **Al Jazeera**, 29 out. 2014. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/opinions/2014/10/29/western-fascination-with-badass-kurdish-women>. Acesso em: 26 out. 2020.

ENLOE, Cynthia. **Bananas, beaches and bases: making feminist sense of international politics**. Califórnia, University of California Press, 2014.

ENTENDA o conflito na Síria. **BBC News Brasil**, 18 jul. 2012. Disponível em: [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/07/120718\\_entenda\\_conflito\\_siria\\_lgb](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/07/120718_entenda_conflito_siria_lgb). Acesso em: 27 ago. 2020.

ERVAN, Amara. I eradicated Isis with my women comrades – now our aim is to spread feminism across the Middle East. **Independent**, 25 mar. 2019. Disponível em: <https://www.independent.co.uk/voices/isis-syria-ypj-ypg-women-feminism-middle-east-a8838591.html>. Acesso em: 27 ago. 2020.

FORD, Robert Stephen. The Syrian civil war: a new stage, but is it the final one? **Middle East Institute**, Washington 2019. Disponível em: [https://www.mei.edu/sites/default/files/2019-04/Ford\\_The\\_Syrian\\_Civil\\_War.pdf](https://www.mei.edu/sites/default/files/2019-04/Ford_The_Syrian_Civil_War.pdf). Acesso em: 27 ago. 2020.

GOLDSTEIN, Joshua. **War and Gender**: how gender shapes the war system and vice versa. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

GRIFFIN, Elizabeth. These remarkable women are fighting ISIS. It's time you know who they are. **Marie Claire**, 1 out. 2014. Disponível em: <https://www.marieclaire.com/culture/news/a6643/these-are-the-women-battling-isis/>. Acesso em: 26 ago. 2020.

HAJJAMI, Aïcha. A condição das mulheres no Islã: a questão da igualdade. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 30, n. 1, p. 107-120, jan./jun. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cpa/n30/a09n30.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2020.

KENNEDY-PIPE, Caroline. Gender and Security. In: COLLINS, Allan. **Contemporary Security Studies**. 2 ed. Oxford: Oxford University Press, 2010, p. 106-121.

LUCENA, Gleydson. **A geopolítica da guerra civil síria e suas implicações para o Brasil**. Orientadora: Glória Maria Vargas Lopez de Mesa. 2017. 146 f. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Geografia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: [https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/31598/1/2017\\_GleydsonGonzagadeLucena.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/31598/1/2017_GleydsonGonzagadeLucena.pdf). Acesso em: 27 ago. 2020.

MEET the Head of Syrian Kurds' Women Fighters, Who Kill and Humiliate Daesh. **Sputnik**. 2016. Disponível em: <https://sptnkne.ws/dtF5>. Acesso em: 26 ago. 2020.

MONTE, Izadora. **Gênero e Relações Internacionais**: uma crítica ao discurso tradicional de segurança. Orientador: Antonio Jorge Ramalho da Rocha. 2010.

146f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2010. Disponível em: [http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNB\\_3f5dd3a7baccbfc92547deb3bbab93c4](http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNB_3f5dd3a7baccbfc92547deb3bbab93c4). Acesso em: 27 jul. 2020.

NOGUEIRA, João; MESSARI, Nizar. **Teoria das relações internacionais:** correntes e debates. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

ÖCALAN, Abdullah. **Libertando a vida:** a revolução das mulheres. São Paulo: Fundação Lauro Campos, 2016.

PETERSON, Spike. Gendered Identities, Ideologies and Practices in the context of war and militarism. *In:* SJOBERG, Laura; VIA, Sandra. **Gender, War and Militarism:** Feminist Perspectives. Santa Barbara: Praeger, 2010.

RETOMADA de Raqqa representa o fim do Estado Islâmico? **BBC News Brasil**, 18 out. 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-41664071>. Acesso em: 24 ago. 2020.

RIBEIRO, Maria. **A revolução em Rojava:** Jin, Jiyan, Azadî (Mulheres, Vida e Liberdade). Orientador: Victor Hugo Veppo Burgardt. Co-orientador: Bruno Lima Rocha Beaklini. 2015. 147 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Curso de Relações Internacionais, Universidade Federal do Pampa, Santana do Livramento, 2015. Disponível em: <https://dspace.unipampa.edu.br/bitstream/riu/907/1/Ribeiro%2C%20Maria%20Floren%C3%A7a%20Guar%C3%A7a%20A%20revolu%C3%A7%C3%A3o%20em%20Rojava%20jin%2C%20jiyan%2C%20azad%C3%A9%20%28mulheres%2C%20vida%2C%20liberdade%29.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2020.

SKJELSBAEK, Inger. Is Femininity Inherently Peaceful? The Construction of Femininity in the War. *In:* SKJELSBAEK, Inger; SMITH, Dam. **Gender, Peace & Conflict**. Londres: Sage Publications, 2001.

SLY, Liz. A mini world war rages in the fields of Aleppo. **The Washington Post**, 14 fev. 2016. Disponível em: [https://www.washingtonpost.com/world/middle\\_east/a-mini-world-war-rages-in-the-fields-of-aleppo/2016/02/14/d2dff-f02-d340-11e5-a65b-587e721fb231\\_story.html](https://www.washingtonpost.com/world/middle_east/a-mini-world-war-rages-in-the-fields-of-aleppo/2016/02/14/d2dff-f02-d340-11e5-a65b-587e721fb231_story.html). Acesso em: 25 ago. 2020.



SYLVESTER, Christine. The contributions of feminist theory to International Relations. In: SMITH *et al.* (Orgs.). **International theory: positivism and beyond**. Cambridge, Cambridge University Press, 1996.

TICKNER, Judith. **Gendering world politics: issues and approaches in the post-Cold War era**. Nova Iorque: Columbia University Press, 2001.

VIA, Sandra. Gender, militarism and globalization: soldiers for hire and hegemonic masculinity. In: SJOBERG, Laura; VIA, Sandra. **Gender, War and Militarism: Feminist Perspectives**. Santa Barbara: Praeger, 2010.

VIEIRA, Maria. Religião, feminismo e islã: perspectivas do feminismo islâmico. **Mandrágora**, v. 24, n. 2, p. 5-38, 2018. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/MA/article/view/9034/6477>. Acesso em: 28 jun. 2020

YPJ. **About Us**. Disponível em: <https://ypjrojava.com/ypj/en/about-us>. Acesso em: 25 ago. 2020.

ZAIDOU, Hussein. **When Female Fighters Lead the Charge**. The Washington Institute. 2017. Disponível em: <https://www.washingtoninstitute.org/fikraforum/view/when-female-fighters-lead-the-charge>. Acesso em: 26 ago. 2020.